

21 – 23 agosto 2007

Sumário Executivo

A Better Cotton Initiative (BCI) realizou a primeira reunião do Grupo Regional de Trabalho – Brasil, em Brasília, de 21 a 23 de agosto de 2007. Os dois primeiros dias foram dedicados a aspectos de produção e de meio ambiente no setor algodoeiro. A partir do segundo dia, uma reunião paralela foi conduzida para abordar aspectos sociais e econômicos na produção comercial de algodão, para grandes e pequenos produtores. No terceiro dia, os dois grupos se reuniram para compartilhar os resultados e discussões dos dias anteriores.

Os objetivos da reunião que examinou os aspectos de produção e meio ambiente foram:

- Apresentar a BCI
- Colher opiniões sobre a validade da minuta de princípios globais da BCI
- Orientar sobre quais seriam os critérios principais para os princípios identificados para o País (por exemplo, sob o princípio de sanidade do solo, os critérios poderiam incluir manejo de solo, manejo de erosão e manejo de fertilizantes); e
- Orientar sobre quais são as ferramentas relevantes, como melhores práticas de manejo ou boas práticas agrícolas que são apropriadas para o País, dentro de cada critério identificado.

A reunião sobre o 'Processo Social' teve como objetivos:

- Manter consultas e desenvolver relações com organizações consideradas relevantes para cumprir com os Princípios Econômicos e Sociais da BCI (previamente identificados durante uma missão preparatória do Dr. A. Usher em julho de 2007)
- Explicar as origens e intenções da BCI, o estado atual das atividades da BCI, os princípios da BCI e a maneira com que a BCI pretende desenvolver seu trabalho para um Melhor Algodão no Brasil
- Entender o alcance e natureza das atividades das organizações acima mencionadas, sua visão dos princípios propostos pela BCI e suas idéias de como a BCI deva começar suas ações no Brasil.

O grupo de trabalho sobre produção e meio ambiente concordou que os 5 princípios ambientais são válidos e que:

- Para o princípio relacionado ao uso seguro e responsável de defensivos, foi sugerido que o foco deva ser em proteção fitossanitária, com ênfase em manejo integrado de pragas
- Para o princípio relacionado à qualidade de fibra, foi sugerida a adição do critério descaroçamento.

De maneira geral, os participantes da reunião do Processo Social da BCI concordaram que todos os três princípios sócio-econômicos são válidos, e que é legítimo distinguir entre sua aplicação aos sistemas de produção de grande escala (especificamente, a minuta do princípio do Trabalho Decente) e de agricultura familiar (aos quais todos os três princípios sócio-econômicos foram muito pertinentes).

Alguns dos participantes do grupo de trabalho sobre produção e meio ambiente referiram-se tanto à importância como à oportunidade de desenvolver (formalizar) uma lista de “Melhores Práticas de Manejo” para a produção de algodão no Brasil e mencionaram que a reunião do Grupo de Trabalho da BCI criou a oportunidade para que diferentes pontos de vista fossem considerados, chegando-se a um acordo sobre quais são estas melhores práticas.

Agradecimentos

A BCI agradece à ABRAPA, à Embrapa e ao Dr. Sebastião Barbosa pelo apoio e assistência oferecidos para a realização e sucesso da reunião.

Igualmente, a BCI agradece muito sinceramente a todos os participantes cujas contribuições foram fundamentais para alcançar os objetivos da reunião.

Sobre este relatório

Este relatório tem o objetivo de registrar os muitos e variados assuntos apresentados e discutidos durante 3 dias de reunião. Deve-se notar que a reunião se circunscreveu a seus objetivos específicos e não teve a preocupação de obter acordo ou posicionamento em relação aos assuntos discutidos. Dessa maneira, os comentários e respostas aqui registrados refletem a posição ou a opinião da pessoa que as fez e não necessariamente refletem a opinião da BCI ou de qualquer outra pessoa ou organização que tenha participado das reuniões.

Objetivos do Grupo de Trabalho Sobre Produção e Meio Ambiente

Princípios Ambientais

O Grupo de Trabalho foi informado de que seu papel é aconselhar e fazer recomendações sobre:

- A validade para o Brasil dos princípios globais minutados
- Quais são os critérios principais dos princípios identificados para o Brasil (por exemplo, sob o princípio de sanidade do solo, os critérios poderiam incluir manejo de solo, manejo de erosão e manejo de fertilizantes)
- Quais são as ferramentas relevantes, como melhores práticas de manejo ou boas práticas agrícolas que são apropriadas para o País, dentro de cada critério identificado.

Visão Geral das Apresentações feitas durante a reunião do Grupo de Trabalho

Introdução

A reunião adotou o seguinte esquema: apresentações por produtores de diferentes estados (Goiás, Mato Grosso e Bahia) sobre o tema geral de sustentabilidade na produção de algodão, uma idéia panorâmica sobre a Better Cotton Initiative, apresentações de pesquisadores sobre o estado do conhecimento no Brasil de temas técnicos específicos e uma apresentação sobre os princípios globais minutados.

Seguiu-se uma sessão de trabalho sobre a definição de 'Better Cotton', abordando os princípios ambientais, com a formação de 4 subgrupos: manejo de água, manejo de solo, manejo de defensivos e qualidade de fibra. O princípio de preservação de habitats foi considerado pelo grupo todo.

Apresentações pelos Agricultores

O vice-presidente da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA), Dr. Haroldo Rodrigues da Cunha, frisou os seguintes pontos em relação à sustentabilidade:

- Sustentabilidade inclui vários aspectos: econômico (custo e disponibilidade de tecnologia, efeito de subsídios, limitações na infra-estrutura), técnico (há ferramentas apropriadas disponíveis para enfrentar desafios de longo prazo, por exemplo, controle do bicudo, variedades, controle de doenças) e ambiental (por exemplo, plantio direto, escolha de opções para rotação)
- Para identificar quais seriam as 'práticas sustentáveis', talvez fosse necessário diferenciar entre regiões, com diferentes zonas requerendo modelos diferentes ou 'pacotes' de sustentabilidade.

O presidente do Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (FACUAL), representando a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), Dr. Álvaro Salles, enfatizou os seguintes temas:

- O baixo retorno é o maior desafio; a agricultura familiar está desaparecendo aos poucos no Mato Grosso, tornando quase impossível a produção de algodão em pequena escala
- Um programa de monitoramento de defensivos no meio ambiente (no solo) está em execução por 5 anos
- Apesar de que existe legislação que controla o desflorestamento desde 1910, incluindo aspectos como áreas de proteção para evitar contaminação por escurimento, há necessidade de implementar a legislação existente
- O algodão não contribuiu para o desflorestamento no estado do Mato Grosso
- Observou que o algodão cria mais empregos que a soja.

O representante da Associação Baiana de Produtores de Algodão (ABAPA), Dr. Celito Breda, chamou atenção para os seguintes temas e desafios:

- Custos de máquinas
- Falta de mão-de-obra treinada
- Desafios logísticos como, por exemplo, distância para os portos.

Os seguintes tópicos foram levantados durante a sessão de perguntas: é possível regulamentar a área plantada de algodão para evitar grandes flutuações de oferta/preço/problemas subseqüentes? (na verdade, não; porque cada indivíduo tem o direito de tomar sua própria decisão sobre se vai plantar, quanto vai plantar etc.); comentou-se que políticas públicas e problemas estruturais dificultam a competição pelos pequenos produtores, apesar de que alguns programas estão sendo desenvolvidos para contornar a situação.

Apresentações pela BCI (1)

A visão e a missão da BCI foram apresentadas, juntamente com o enfoque e filosofia adotadas pela iniciativa para lidar com a produção de algodão nas diferentes regiões. Em seguida, discutiu-se o cronograma ('roteiro') para o desenvolvimento do sistema 'Better Cotton'.

Visão

Habilitar milhões de agricultores em volta do mundo para cultivar algodão de uma maneira que seja mais econômica e saudável para as comunidades rurais e para o meio ambiente.

Missão

A BCI encoraja a adoção de práticas de melhor manejo no cultivo do algodão para alcançar reduções mensuráveis nos impactos ambientais causados pelo cultivo, ao mesmo tempo em que traga benefícios econômicos e sociais para os produtores de algodão a nível mundial.

Enfoque e filosofia da BCI

A BCI:

- Desenvolverá mercado para um novo produto básico; isto é, buscará incluir e envolver uma proporção significativa da produção mundial de algodão
- Definirá 'algodão melhor' a nível global, com relevância e validação nacional/local; isto é, desenvolverá uma definição comum e consistente a nível global, mas que dê espaço a considerações regionais
- Focará atividades dentro da porteira da fazenda de maneira a manter a iniciativa administrável, apesar de reconhecer que existam outras considerações importantes na cadeia produtiva
- Engajará sócios e outros atores da cadeia do algodão
- Criará capacidades e, não, "políticas"
- Não abordará diretamente políticas globais & temas de comércio
- Não terá em mente a emissão de certificados/selos
- Buscará complementar ações do algodão orgânico certificado e do mercado justo
- Será neutra em relação à adoção de tecnologias.

Regiões atuais focadas

A BCI informou que está atualmente trabalhando em quatro países/regiões: África Ocidental, Brasil, Índia e Paquistão.

As seguintes perguntas foram feitas à BCI (respostas em itálico):

Por que o algodão foi escolhido e quais as organizações que começaram esse processo? *O processo foi iniciado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e a Corporação Financeira Internacional (IFC), que contrataram uma pesquisa*

para identificar que cultivos causavam impactos mais significantes sobre habitats naturais. O algodão, juntamente com a soja, o dendê e a cana-de-açúcar foram identificados como os cultivos mais significantes e que deveriam ser trabalhados. Apesar de os processos serem semelhantes, terem tido o mesmo ponto de partida e terem originado diferentes iniciativas, elas são independentes uma das outras.

Quem está patrocinando e financiando a BCI? Os membros do Comitê de Seguimento/Comitê Gestor contribuem para as ações atuais da BC; espera-se que duas agências de desenvolvimento (na Suíça e na Suécia) venham a participar em futuro próximo.

Legalmente, qual é o status da BCI? Atualmente, a BCI não tem status legal; na verdade, recebemos aconselhamento totalmente contraditórios em relação a isso: 'a BCI deve se estabelecer como entidade legal tão logo seja possível' e que 'a BCI deve esperar o mais que possa para se comprometer a um modelo particular' (por exemplo: companhia, associação, 'joint venture' etc.).

Por que os Estados Unidos não foram incluídos como um dos países/regiões? A BCI respondeu que, apesar de ser uma iniciativa de caráter global, o algodão é cultivado em mais de noventa países, então, por limitações financeiras e por fins práticos, escolheu-se começar a trabalhar nos quatro países/regiões indicados; a escolha dos quatro foi influenciada por um número de fatores, incluindo a existência de atividades de algum sócio d BCI e o desejo de cobrir aqueles aspectos das condições de cultivo que motivaram a criação da BCI. De qualquer maneira, ficou claro desde o início que o fato de um país não estar envolvido no grupo regional de trabalho não significa que a BCI não trabalhe com ele; a BCI está em contato com outros países/regiões (por exemplo: USA, Austrália, Argentina, Paraguai).

Como os princípios do 'Algodão Melhor' serão implementados? A BCI informou que ainda não tem idéias estabelecidas sobre este desafio (o qual a BCI entende que seja muito maior do que definir 'Algodão Melhor'). A implementação será influenciada pelas circunstâncias próprias do país em consideração, com o enfoque geral de procurar parceiros que comunguem com as mesmas idéias e que estejam interessados em colaborar com a BCI na implementação do sistema. No Paquistão, por exemplo, como tanto o Governo como o WWF estão intimamente envolvidos com a BCI, deve haver um papel para ambos – pelo sistema de extensão do país e atividades de escolas de campo do WWF – para implementar os princípios de 'Algodão Melhor'. Implementação é um tema muito importante que deve ser mais discutido, tanto durante as reuniões do grupo de trabalho quanto durante a fase de teste do 'Algodão Melhor'.

Apresentações pelos pesquisadores

O Dr. Napoleão Beltrão, Embrapa, fez uma resenha do trabalho de pesquisa em execução pelos sessenta pesquisadores da Embrapa algodão, incluindo as áreas de melhoramento genético (algodão colorido etc.), trabalho com pequenos e grandes produtores de algodão, aumento do teor de óleo na semente do algodão, oportunidades de irrigação, transgenia etc.

*O Dr. Celso Omoto, ESALQ/USP, deu uma visão do trabalho de monitoramento de resistência de pragas aos inseticidas que está sendo realizado e sobre as estratégias que estão sendo desenvolvidas para prevenir e manejar o desenvolvimento da resistência. As pragas que estão sendo monitoradas incluem o pulgão do algodão (contra carbosulfan), lagarta militar (contra piretróides, chlorpyrifos, lufenuron). O professor Omoto enfatizou a necessidade de acompanhar todo o processo produtivo, incluindo a escolha de cultivos em rotação, visão de grandes áreas, adoção do MIP, manejo pós-colheita etc. Ele também fez menção sobre a necessidade de fazer uso preventivo de refúgios para o manejo da resistência em algodão Bt. *Temas levantados durante a discussão incluíram:* Uma vez que a resistência pode ser reduzida, seria possível retirar alguns produtos do mercado? (não; considerações comerciais não permitiriam que isso acontecesse, por isso, a ênfase deve ser feita na rotação de produtos para manejar a resistência); notou-se que a introdução de algodão Bt deverá reduzir o número de aplicações de inseticidas e, dessa maneira, recuperar a eficiência dos inseticidas. Se a experiência da China se repetir, quando não há uma estratégia estabelecida para inseticidas convencionais, uma estratégia para manejo de resistência em algodão Bt será necessária.*

O Dr. Paulo Degrande, UFGD, apresentou os componentes mais importantes de um sistema de Manejo Integrado de Pragas (MIP) para o Brasil: tratamento apropriado de sementes, plantio de variedades resistentes a doenças, treinamento de 'pragueiros', bons protocolos de amostragem, destruição de soqueiras, controle do bicudo, boas práticas de aplicação de defensivos, uso apropriado de reguladores de crescimento, proteção de inimigos naturais, diagnose precoce dos problemas, uso de níveis de dano econômico, boa escolha de defensivos (levando-se em conta volatilidade,

segurança/toxicidade), capacitação em técnicas de aplicação, calibração apropriada e manutenção do equipamento de aplicação de defensivos.

O Dr. Fernando Lamas, Embrapa, discutiu manejo de solos e fez notar que o movimento excessivo do solo (arações, gradagens etc.) e a falta de rotação de cultivos são os desafios mais sérios a se enfrentar para se conseguir um bom manejo. Como opção para reverter o processo de degradação dos solos – aspectos físicos, químicos e biológicos que levam ao declínio da saúde do solo – sugeriu um sistema baseado na rotação de algodão/milho/soja/gado em plantio direto (ênfasis na necessidade de flexibilizar o sistema, evitando fórmulas estritas). Uma crítica que sempre se faz ao sistema de plantio direto é a falta de um cultivo que cubra bem o solo, a que o Dr. Lamas apresentou algumas opções, com preferência para *Brachiaria ruzizienses*.

O Dr. Luiz Chitarra, Embrapa, apresentou os principais desafios para manejar as doenças, discorreu sobre as principais doenças, mencionando as dificuldades às vezes encontradas para identificá-las corretamente em condições de campo – especialmente quando os sintomas se confundem. Enfatizou, também, que problemas ligados a doenças podem se manifestar durante todas as fases de desenvolvimento do cultivo. Os principais métodos de controle recomendados foram: garantia de alta qualidade das sementes, uso apropriado de tratamento das mesmas (para proteger as plantas após a germinação, para estabelecer um 'stand' uniforme etc.). Deu uma visão panorâmica das principais atividades de pesquisa em andamento, dentre as quais, o desenvolvimento de variedades resistentes e identificação de melhores opções de controle químico. Listou as seguintes práticas para o bom manejo de doenças: destruição de soqueira, rotação de cultivos, uso de sementes de boa qualidade, monitoramento das lavouras, busca de assistência técnica e uso de técnicas apropriadas de aplicação de fungicidas.

O Dr. Fernando Lamas fez um apanhado geral sobre o manejo de ervas daninhas nos principais sistemas brasileiros de produção de algodão, indicando que seu custo está estimado em 7% do custo total de produção. Apresentou uma lista das principais ervas daninhas e dos herbicidas registrados, o principal método de controle em uso. Alguns dos desafios apresentados foram: resistência das ervas daninhas aos herbicidas, uso de produtos não registrados, uso não recomendado (por exemplo, em solos arenosos), lavagem de herbicidas solúveis em água, efeitos residuais em cultivos subseqüentes, necessidade de melhor observação sobre momento de aplicação (às vezes, se aplica muito precocemente), necessidade de um enfoque mais integrado, com a incorporação de alternativas não químicas. Recomendou mais rotação de cultivos e o uso de cultivos de cobertura para um enfoque mais integrado.

O Dr. Ricardo Machado, Conservation International (CI), apresentou sua organização e seu trabalho no Brasil desde 1992. Fez menção ao enfoque colaborativo da CI e uma resenha de seu trabalho com agricultores. Colocou em questão a eficácia de apenas se seguir o Código Florestal para se alcançar conservação e sugeriu que há necessidade de se manejar a floresta de maneira apropriada, o que requer uma interação muito próxima e construtiva com os proprietários de terras – um enfoque sendo adotado pela CI, em colaboração com a Bunge, pelo qual há contacto direto com os proprietários para discutir os problemas e encontrar soluções na área de conservação florestal. Dá-se apoio aos agricultores através de fornecimento de mapas para examinar temas prioritários para a região, como movimento de animais na área, necessidade do estabelecimento de corredores etc. Foi mostrado um mapa correlacionando áreas de concentração de lavouras algodoeiras e áreas prioritárias para conservação identificadas pela CI, que poderiam servir de base para atividades futuras da BCI no Brasil. *Temas levantados durante as discussões incluíram:* a importância de desenvolver trabalho colaborativo entre os vários parceiros, considerando e respeitando os direitos e deveres de cada um. Foi dado o exemplo de um acordo para que os fazendeiros não matassem as onças e que seriam compensados monetariamente por qualquer morte de gado ocorrida pela presença delas. Como resultado, nenhuma onça foi morta desde que se estabeleceu o acordo. Enfatizou que há necessidade de superar a percepção de que conservação é uma carga adicional para o agricultor mas, ao contrário, que trás benefícios como prevenção de erosão, aumento das populações de inimigos naturais das pragas, mais polinização (e até maior rendimento dos cultivos) e água limpa.

O Dr. João Rando, presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), fez um relato sobre as atividades do inpEV. No Brasil, o processamento de embalagens vazias de defensivos no Brasil é regulamentado por lei desde o ano 2000 e que dá responsabilidades aos diferentes atores envolvidos na cadeia, ou sejam, o agricultor (na lavagem e descontaminação das embalagens vazias), o distribuidor (na provisão de pontos para a coleta das embalagens, após sua lavagem) e o fabricante (no transporte das embalagens do ponto de coleta até seu destino final). Duzentos e quinze milhões de reais foram investidos nos últimos cinco anos em aspectos, como pontos de coleta (atualmente com 365, dos 375 projetados) e capacitação (250 empregados). O material que pode ser reciclado é

reutilizado na fabricação de novas embalagens e em outras formas de material plástico, com o objetivo final de fechar o ciclo. O Brasil tem liderança mundial em % de embalagens recicladas, atingindo 87% em 2005. *Alguns dos temas levantados durante a discussão incluíram: Como se dividem os custos?* (5-10% pagos pelos produtores, 15-20% pelos distribuidores e cerca de 70% – logística, destruição, reciclagem – pelos fabricantes).

O Dr. Félix Balaniuc, Diretor Executivo do IAS, historiou sobre a criação do Instituto do Algodão Social (IAS) e suas atividades atuais. O IAS iniciou suas atividades há dois anos, por os produtores de Mato Grosso estarem preocupados com uma imagem negativa (como trabalho infantil e trabalho forçado) que se criava em relação ao algodão de lá e o impacto que estava tendo no comércio de algodão. O enfoque do IAS é que a produção de algodão deve ser socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente sustentável. Um dos desafios do IAS é a necessidade de adaptar a legislação existente (tipicamente urbana) para melhor refletir as condições e necessidades do meio rural. A implementação dos standards do IAS é feita por um dedicado corpo técnico que já conduziu dezoito cursos nos últimos dois anos, capacitando duas mil pessoas; esta capacitação foi seguida de visitas de campo, onde uma lista (baseada no SA 8000) é checada em relação às operações em curso em cada fazenda visitada. A conformidade com os standards estabelecidos está atualmente em 70%, abrangendo mais de dois milhões de fardos produzidos por agricultores que fazem parte do programa. Um processo de certificação acaba de ser introduzido (certificando que nem trabalho infantil e nem trabalho forçado foi usado na produção daquele fardo que contenha tal selo). Aspectos de conformidade com normas ambientais serão incluídos a partir do próximo ano. *Temas levantados durante a discussão incluíram: Como é financiado o IAS?* (15 % de renúncia fiscal pelo governo, e um sistema que acaba de ser instituído que cobra trinta centavos de cada fardo que receba o selo; com o objetivo de se autofinanciar). Outros estados estão interessados no programa.

O Dr. Ronaldo Schröter, ORILEG, enfatizou a necessidade de se utilizar semente de boa qualidade na atividade algodoeira e mencionou os riscos associados a não fazê-lo, como redução da qualidade de fibra, baixos índices de germinação, diminuição dos rendimentos e presença crescente de plantas atípicas na população. Ele sugeriu que o custo da semente certificada não onera significativamente o custo de produção e que é um método muito importante para aumentar rendimentos e, conseqüentemente, a renda do cotonicultor e que, por isso, constitui uma ferramenta muito importante a ser difundida pela BCI e adotada pelos produtores de algodão. A sustentabilidade do algodão no Brasil depende de contínua oferta de novas cultivares e de novos eventos tecnológicos, que possibilitem melhor desempenho produtivo com melhor resultado econômico. É através do uso de sementes originais que a cadeia produtiva do algodão sinaliza apoio a investimentos em tecnologia no Brasil.

O Dr. Camilo Morello, Embrapa, fez um relato sucinto dos programas de melhoramento genético do algodoeiro em andamento no Brasil, concentrando-se nas ações da Embrapa que têm como objetivos: altos rendimentos, resistência múltipla a doenças e qualidade de fibra: resistência de 30 gpt, comprimento de 30 mm e um micronaire de 3,5 a 4,2. Há um programa especial para se conseguir variedades com teor de óleo maior, superior a 20 %. Fez também menção aos muitos eventos transgênicos em processo de incorporação às variedades locais como 'Bollgard' I e II, 'Widestrike', 'VIP', 'CpTi', 'LibertyLink', 'RoundUp Ready' e 'RoundUp Ready Flex'. Dentre os desafios futuros está o desenvolvimento de algodão transgênico resistente ao bicudo do algodoeiro. Um dos temas levantados foi que as companhias que detêm estes eventos somente querem que os mesmos sejam incorporados em germoplasma de boa qualidade, de maneira a garantir seu retorno financeiro (apesar de todo o potencial do algodão transgênico ser reconhecido, o Dr. Morello chamou a atenção para não se depender apenas do germoplasma, uma vez que melhores práticas agrícolas ainda são fundamentais e necessárias).

A Dra. Eliana Fontes, Embrapa, apresentou uma visão panorâmica do papel da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que aprova a introdução de cultivos transgênicos no Brasil. Os pontos ressaltados foram: ao passo que a aprovação de gens que já estejam em uso em outros países (a exemplo de Cry Iac, IIAb, If, VIP, glyphosate e glufosinate) possa ser iminente, a aprovação de gens 'mais novos' demorará um pouco mais, especialmente para os gens Bt mais recentes. O foco da CTNBio é para que esta nova tecnologia não tenha impacto negativo sobre o meio ambiente (sanidade dos alimentos não é aqui o tema principal). Há necessidade de se levar em consideração as diferenças regionais quando se avalia o potencial de risco ambiental; por exemplo, em termos de polinizadores e predadores, duas regiões podem ter diferenças marcantes em termos de número e composição de espécies. Outros aspectos considerados incluem impacto sobre a biodiversidade e fluxo de genes – preocupação com os produtores orgânicos. A CTNBio determinou o estabelecimento de uma zona livre de transgênicos para evitar impacto sobre a

biodiversidade natural do algodão. No caso de produtores orgânicos, uma vez que não se pode negar aos agricultores convencionais o acesso à tecnologia transgênica, propõe-se o enfoque de co-existência; usando-se de monitoramento e barreiras vivas para prevenir contaminação das áreas de produção orgânica.

O Dr. Camilo Morello, falando sobre qualidade de fibra, deu alguns detalhes mais específicos sobre os alvos de qualidade que o programa de melhoramento pretende alcançar, sendo o desafio principal a redução do conteúdo de fibras curtas para menos de 6%, a fim de assegurar que o algodão brasileiro se qualifique para a produção de fios 40/1 Ne. Abordou também aspectos ligados ao controle do nível de contaminação de açúcares (pegajosidade ocasionada por pulgões, mosca branca), e a redução do número de 'neps'. *Pontos levantados durante a discussão:* Notou-se o importante papel de melhores práticas de manejo do cultivo no aumento da qualidade de fibra, especialmente aquelas práticas ligadas a nutrição, MIP e descaroçamento.

Apresentações pela BCI (2)

Ofereceu-se um quadro referencial da BCI para definir 'Algodão Melhor'

Termo	Explicação do Termo
Princípio	Um objetivo amplo que se pensa alcançar (o 'quê da questão')
Beneficiário	O grupo alvo para as ferramentas a se desenvolver e os critérios a se aplicar (as pessoas que se beneficiarão da BCI)
Crítérios	Elementos chave que devem ser conseguidos para se alcançar um princípio ('um detalhamento do quê')
Ferramentas	Ferramentas e outros recursos que os agricultores podem usar para satisfazer um critério
Estratégia de implementação	A maneira pela qual as ferramentas e recursos serão disponibilizados aos agricultores
Indicadores	Medições usadas para indicar se um critério foi cumprido

Em particular, os princípios ambientais atualmente propostos são os seguintes:

- O 'Algodão Melhor' é aquele produzido por agricultores que cuidam da sanidade do solo
- O 'Algodão Melhor' é aquele produzido por agricultores que mantêm a qualidade e disponibilidade da água
- O 'Algodão Melhor' é aquele produzido por agricultores que usam defensivos de maneira segura e responsável
- O 'Algodão Melhor' é aquele produzido por agricultores que cuidam e preservam a qualidade da fibra
- O 'Algodão Melhor' é aquele produzido por agricultores que preservam os habitats naturais.

Sumário da reação dos participantes à minuta de Princípios Ambientais da BCI

Uma vez apresentados o Quadro Referencial e a minuta de Princípios Ambientais da BCI, os participantes foram distribuídos em quatro subgrupos de trabalho, com base nos quatro princípios ambientais, ou seja, manejo de água, sanidade do solo, manejo de defensivos e qualidade de fibra. O princípio relativo a habitats foi considerado pelo grupo todo. A cada subgrupo foi solicitado considerar as seguintes perguntas para seu princípio:

1. Os princípios ambientais atualmente minutados aplicam-se ao Brasil? (se a resposta for não, por quê?)
2. Os critérios listados são válidos para este princípio no Brasil?
3. Existe qualquer outro aspecto importante neste princípio que não tenha sido captado nos critérios listados?
4. Quais são as melhores práticas atuais associadas a cada critério?
5. Quais são as razões para a não adoção das melhores práticas recomendadas?

6. Existem práticas atuais associadas com o critério que você considera essenciais para qualificar o algodão como 'Algodão Melhor'?
7. Existem práticas atuais associadas com o critério que desqualificariam o algodão como 'Algodão Melhor'? (por exemplo, o uso de alguns defensivos em particular).

As respostas dos subgrupos às perguntas acima (com exceção da pergunta 4, relativas a melhores práticas ligadas a cada princípio em consideração) foram:

Os princípios ambientais atualmente minutados aplicam-se ao Brasil? (se a resposta for não, por quê?)

Concordou-se que todos os princípios propostos são relevantes, **notando** que foi sugerido que o princípio relativo a defensivos fosse modificado para enfatizar proteção vegetal, num sentido mais amplo, isto é, “englobando manejo fitossanitário do cultivo (uso de controle cultural, controle biológico, variedades resistentes, controle etológico) e aspectos ligados à tecnologia de aplicação de defensivos, segurança do aplicador e reciclagem de embalagens vazias. Contempla o manejo de insetos, microorganismos e ervas daninhas.”

Notou-se também que o princípio de sanidade do solo deveria incluir um elemento para melhorar a sanidade do solo ou, pelo menos, para manter suas características (foi respondido que, apesar de o princípio não incluir este aspecto, o assunto será levado em consideração em uma nova versão dos critérios).

Para o princípio relativo a água, foi sugerido que o foco seja “Algodão Melhor usa água de maneira sustentável”.

Os critérios listados são relevantes para este princípio no Brasil?

A cada subgrupo foi dado um critério sugerido para o princípio em questão e todos estes critérios (listados abaixo) foram considerados relevantes. O subgrupo de defensivos reafirmou a importância de ter defensivos como parte de MIP, como último recurso ou, mesmo, de maneira preventiva, em circunstâncias especiais.

<i>Princípio</i>	<i>Critério sugerido relativo a ...</i>
Sanidade do solo	Manejo do solo, controle de erosão, manejo de fertilizantes
Manejo de água	Uso eficiente, extração, qualidade da água
Manejo de defensivos	Saúde ocupacional e segurança, aplicação, MIP, escolha de produtos
Qualidade de fibra	Aspectos agronômicos, de colheita
Habitats	Nenhum critério específico foi proposto

Há qualquer outro aspecto importante para o princípio que não tenha sido captado pelos critérios listados?

O subgrupo de qualidade de fibra identificou quatro critérios: planejamento, manejo do cultivo, colheita e descaroçamento, ao passo que a BCI listou apenas manejo agronômico, colheita e manuseio. Sugeriu-se que planejamento e manejo do cultivo sejam agrupados sob o título geral de manejo agronômico. Entretanto, a inclusão de descaroçamento precisa de consideração ulterior. Apesar de a BCI estar se limitando a temas da 'porteira para dentro' e, por isso, não considerar descaroçamento, entende que no Brasil muitos produtores processam o algodão na propriedade, sendo lógico colocar descaroçamento feito na fazenda como pertencente ao escopo das ações da BCI. Entretanto, os critérios precisam ser aplicados globalmente e, apesar de o Brasil não ser o único caso, descaroçadeiras na fazenda não são uma coisa típica da produção mundial de algodão.

Quais são as razões para a não adoção de uma melhor prática recomendada?

Várias razões foram dadas: Econômicas (dificuldades financeiras), limitações técnicas (não há pesquisa), falta de capacitação, falta de sistemas de fiscalização e implementação da legislação, falta de conhecimento.

Existem práticas atuais associadas com o critério que você considera essenciais para qualificar o algodão como 'Algodão Melhor'?

Esta e a pergunta que se segue podem se caracterizar como representando os lados de uma mesma moeda. Por exemplo, a adoção do MIP pode ser descrita como uma qualificação essencial e/ou a não adoção do MIP poderá ser descrita como uma prática que desqualifica. Foi proposto que ao invés de se ter o mesmo tema listado como qualificadora e seu oposto como desqualificadora, aquela 'boa' prática (por exemplo, MIP) seria notada como qualificadora, ao passo que a adoção de práticas "más" seria listado como desqualificadora.

Apesar de não ter sido anotada como uma prática qualificadora ou desqualificadora, o subgrupo de água enfatizou a importância de garantir que o algodão seja produzido em áreas com precipitação balanceada, de maneira a evitar que se usem áreas com precipitação excessiva e conseqüentes problemas sérios de doenças e seu controle.

Essenciais!

- Adoção do MIP
- Reciclagem de embalagens vazias de defensivos
- Implementação de técnicas de controle de erosão

Existem práticas atuais associadas com o critério que desqualificariam o algodão como 'Algodão Melhor'? (por exemplo, o uso de alguns defensivos em particular)

- Uso de produtos não registrados
- Aplicação de defensivos sem o uso de E.P.I. (equipamento de proteção).

Melhores Práticas Identificadas

Melhores Práticas listadas para manejo de solos (O Algodão Melhor é produzido por agricultores que cuidam da sanidade do solo)

As melhores práticas identificadas incluem:

- Plantio Direto
- Movimentação Mínima do Solo
- Plantio na Palha
- Manejo de fertilizantes - uso de fertilizantes de acordo com recomendações técnicas testadas e validadas.

O controle de erosão foi listado como uma prática essencial para qualificar um agricultor como produtor de Algodão Melhor. Para sistemas de plantio direto, o desafio apresentado pelo manejo de restos culturais foi reconhecido (isto é, redução da eficiência dos herbicidas).

Melhores Práticas listadas para manejo de água (O Algodão melhor é produzido por agricultores que mantêm a disponibilidade e qualidade da água)

- Ótimas datas de plantio para uso eficiente da água, baseadas no clima da região
- Garantir que a água seja propriamente controlada na fazenda (tanto em agricultura de sequeiro como irrigada)
- Que haja distância apropriada entre os depósitos e as áreas a serem irrigadas
- Que métodos apropriados de extração sejam usados.

O subgrupo de água focalizou o princípio sob a perspectiva de irrigação mas, na preparação do relatório, decidiu-se que o princípio água deva ser mais amplo e que deva incluir aspectos como manejo de água subterrânea, manejo/prevenção de enxurradas e contaminação de águas de superfície, proteção de nascentes etc. Notou-se também durante as discussões que já existe legislação (ou está em fase de preparação) que regula o uso de águas de zonas de proteção.

Houve bastante discussão sobre se plantar algodão em zonas de alta precipitação deveria ser visto como uma prática desqualificadora (o tema poderia ser abordado tanto no princípio relativo a defensivos como no de manejo de água). Concordou-se que não é um tema para desqualificar, mas um fator de risco a se considerar (para qualidade de fibra e para a lavagem das caldas de defensivos aplicadas) e o qual precisa ser manejado com ferramentas apropriadas.

Melhores Práticas listadas para o manejo de defensivos (o Algodão Melhor é produzido por agricultores que usam defensivos segura e responsavelmente)

O subgrupo baseou suas discussões numa avaliação inicial dos riscos associados ao uso de defensivos, os quais incluíram: toxicidade para seres humanos, fauna benéfica e outros organismos vivos, poluição do ar, da água e do solo, aumento das populações de pragas, persistência, potencial de desenvolvimento de resistência e lacunas nos programas de pesquisa (falta de conhecimento).

Temas importantes para se levar em consideração no manejo de pragas e defensivos foram listados como sendo (os quais formam a base para a melhor prática sugerida para o princípio):

- Adoção do MIP
- Decisão de controle baseada em amostragem (critérios de amostragem)
- Seleção de produtos
- Monitoramento técnico
- Qualidade das aplicações
- Condições climáticas
- Rotação de produtos
- Eficácia dos produtos e sua aplicação
- Seletividade
- Toxicidade
- Dosagem
- Cumprimento da legislação
- Conformidade com as medidas culturais e legislativas
- Uso somente de produtos registrados
- Seleção de produtos baseada em recomendações técnicas confiáveis, incluindo a escolha de produtos registrados, que levam em conta os vários riscos e eficácia comprovada
- Reciclagem de embalagens usadas
- Saúde ocupacional
- Uso adequado de equipamento de proteção individual(EPI)
- Capacitação em todos os níveis
- Reconhecimento de que a aplicação de defensivos é uma operação de risco.

Ferramentas disponíveis para assistir na produção de um Algodão Melhor incluem:

- Legislação
- Uso de E.P.I.
- Presença de pragueiros
- Monitoramento técnico a todos os níveis
- A existência de um sistema de reciclagem de embalagens vazias.

Os problemas levantados que precisam de atenção:

- Número excessivo de aplicações de defensivos
- Mistura de defensivos antes de sua aplicação (apesar de não ser proibido pela legislação existente)
- Deriva de defensivos
- O desafio de se conseguir que os trabalhadores usem equipamento de proteção sob condições tropicais.

Outras melhores práticas identificadas durante a reunião incluem o uso de variedades resistentes a doenças e programas regionais integrados de controle e supressão do bicudo do algodoeiro.

Melhores Práticas listadas para manejo da qualidade de fibra (O Algodão Melhor é produzido por agricultores que cuidam e preservam a qualidade da fibra)

1 Planejamento do Cultivo

- 1.1 Seleção de cultivares: disponibilizar informação sobre a adaptabilidade das cultivares às condições locais e usar sementes de alto desempenho e qualidade
- 1.2 Datas de plantio (incluindo zoneamento para evitar riscos, baseadas em testes e validação regional de datas de plantio)

2 Manejo do Cultivo

- 2.1 Sistemas de cultivo: adoção de cobertura morta
- 2.2 Manejo de Fertilizantes: análise de solo & planta; rastreabilidade dos dados da área (agricultura de precisão?); assistência técnica
- 2.3 Manejo de Pragas (adoção de níveis de dano para insetos, doenças e ervas daninhas, com ênfase em insetos sugadores)
- 2.4 Fenologia do Cultivo: uso correto de reguladores de crescimento
- 2.5 Preparação para a Colheita: uso apropriado de desfolhantes e produtos químicos para finalizar o cultivo

Colheita

- 3.1 Planejamento do uso de máquinas
- 3.2 Manuseio e operação apropriados do equipamento

4 Descaroçamento

De acordo com as especificações, incluindo treinamento do pessoal

Outras práticas identificadas durante a reunião incluíram o uso de melhores cultivares e a constante melhoria nas práticas de colheita e desmontagem.

Melhores Práticas listadas para proteção de habitats (o algodão Melhor é produzido por agricultores que preservam os habitats naturais)

De acordo com os comentários feitos pelos agricultores que participaram da reunião, este assunto é fundamentalmente de natureza regulatória, por isto o princípio deve ser formulado tendo como base a necessidade de seguir a legislação sobre proteção ambiental em vigor, como a conformidade com distâncias de proteção, áreas de reserva etc.

Princípios Ambientais — Reunião do Grupo de Trabalho

Princípios Econômicos e Sociais — Reunião do Processo Social, sob os auspícios do GRT Brasil

Os objetivos principais da reunião do Processo Social foram apresentados aos participantes como:

- Manter consultas e desenvolver relações com organizações consideradas relevantes para cumprir com os Princípios Econômicos e Sociais da BCI (previamente identificados durante uma missão preparatória do Dr. A. Usher em julho de 2007)
- Explicar as origens e intenções da BCI, o estado atual das atividades da BCI, os princípios da BCI e a maneira com que a BCI pretende desenvolver seu trabalho para um Melhor Algodão no Brasil
- Entender o alcance e natureza das atividades das organizações acima mencionadas, sua visão dos princípios propostos pela BCI e suas idéias de como a BCI deva começar suas ações no Brasil.

A reunião sobre o Processo Social desenvolveu-se paralelamente à reunião do Processo Agrônomo/Ambiental da BCI e os participantes de ambos os grupos trabalharam conjuntamente durante uma manhã, culminando as reuniões.

Basicamente, a estrutura da reunião de um dia do Processo Social foi:

1. Idéia geral sobre a Better Cotton Initiative
2. Apresentações sobre atividades em andamento no Brasil objetivando a sustentabilidade social do agro negócio do algodão e o sustento dos agricultores familiares que se dedicam à cotonicultura
3. Apresentação da minuta dos princípios sociais e econômicos em consideração para a armação da Better Cotton Initiative
4. Uma sessão de trabalho para definir “Algodão Melhor” à luz da minuta dos princípios econômicos e sociais.

Apresentação da Idéia Geral sobre a BCI

Esta apresentação teve como objetivo dar uma idéia geral sobre a BCI aos participantes da reunião, incluindo o contexto global sob o qual ela opera, os princípios globais propostos e critérios que definirão “Algodão Melhor” e o procedimento que a BCI está usando para definir “Algodão Melhor” em colaboração com os sócios regionais.

Ficou bastante claro que, apesar de somente cerca de 5% da produção brasileira de algodão estar em mãos de agricultores familiares, a BCI comprometeu-se a envolver tanto grandes como pequenos produtores nas atividades da BCI no Brasil. Isto, por duas razões: ao passo que a produção familiar de algodão é ínfima em comparação com a produção nacional total, esta produção em pequena escala garante, direta ou indiretamente, o sustento de um número significativo de famílias; além de o algodão ser a melhor alternativa econômica para muitas delas.

Particularmente, enfatizou-se que, no processo que procura definir e aplicar seus Princípios Globais minutados sobre os impactos sócio-econômicos da atividade algodoeira, a BCI se guia por levantamento de necessidades. Isto é, os Princípios segundo os quais a BCI busca facilitar a organização dos pequenos agricultores e acesso a formas equitativas de financiamento são considerados relevantes quando estes aspectos dão origem a impactos sócio-econômicos negativos. Por esta razão, no contexto brasileiro, o Princípio social minutado sobre organização do agricultor e o

Princípio econômico minutado de acesso eqüitativo a financiamento são percebidos como relevantes apenas aos agricultores familiares, uma vez que os grandes produtores estão bem organizados sob os auspícios da ABRAPA e têm acesso a diferentes opções de crédito. Por outro lado, o Princípio minutado sobre Trabalho Decente é considerado relevante tanto para sistemas empresariais como familiares.

As perguntas-feitas para ajudar a alcançar os objetivos da reunião – para serem respondidas ao final da tarde foram:

Grupo 1: Grandes Propriedades

- O que é “Trabalho Decente” no contexto das grandes propriedades?
- Quais são os desafios para os produtores (no cumprimento da legislação trabalhista vigente) e para os trabalhadores rurais (para se beneficiarem dos direitos previstos na legislação)?
- Dê exemplos de boas práticas na promoção de “Trabalho Decente” no setor algodoeiro e em outros setores do agro brasileiro.
- Como estas iniciativas respondem às expectativas de compradores de algodão, consumidores e da sociedade civil?
- De que maneira a BCI poderia participar das iniciativas em curso para promover o “Trabalho Decente”?

Grupo 2: Agricultura familiar/ Minifúndios

- Quais são os mais importantes desafios para agricultores familiares que produzem algodão-particularmente em relação aos princípios da BCI ligados a organização de produtores, acesso a crédito e Trabalho Decente?
- Quais são as iniciativas atuais que, trabalhando com pequenos produtores de algodão, contemplam estes desafios sócio-econômicos (por exemplo: Embrapa, ONG’s, Orgânicos, Comércio Justo); que os passos práticos estão sendo dados para satisfazer as necessidades dos pequenos agricultores?
- Qual a relação potencial entre a BCI e essas iniciativas?
- Como deveria a BCI entender a relação entre produção do pequeno e do grande?

Sumário da Reação dos Participantes à minuta da Armação Global da BCI

De maneira geral, os participantes da reunião do Processo Social da BCI concordaram que todos os três princípios sócio-econômicos são válidos, e que é legítimo distinguir entre sua aplicação aos sistemas de produção de grande escala (nominalmente, o princípio minutado de Trabalho Decente) e de agricultura familiar (aos quais todos os três princípios sócio-econômicos foram muito pertinentes).

Minuta de Princípios Sociais

A Better Cotton Initiative promoverá o Trabalho Decente (para trabalhadores em grandes propriedades e para pequenos produtores)

(Deve-se notar que, apesar de convidados para a reunião, a OIT-Brasília, a CONTAG, a Fetagri-MT e o Departamento de Inspeção do trabalho do MTE não puderam participar. Em não havendo participação mais numerosa que representasse os interesses dos trabalhadores, a consulta sobre práticas trabalhistas em grandes fazendas e em pequenas propriedades deve ser considerada apenas parcial).

Grandes propriedades

A reunião sobre o Processo Social propôs que, no contexto do grande agro negócio brasileiro, “Trabalho Decente” abrangeria não somente respeito ao texto básico das convenções da OIT - como aqueles ligados a trabalho infantil e trabalho forçado - mas obediência à legislação trabalhista nacional (CLT e Constituição) e regulamentações ligadas à saúde e à segurança do trabalhador. Os participantes concordaram que a legislação trabalhista vigente no Brasil é rigorosa, incluindo a ratificação dos textos das convenções da OIT, possibilitando proteção suficiente aos direitos dos empregados e criando condições para Trabalho Decente no contexto nacional. Sugeriu-se que, apesar de trabalho forçado continuar sendo um problema em áreas remotas, as instâncias mais comuns de não-cumprimento com a

legislação trabalhista são relacionadas à jornada de trabalho, a repouso semanal e à não-formalização dos contratos de trabalho.

A reunião também notou que há bastante espaço para se evoluir no papel de trabalhadores como “sócios ativos” – e concomitante investimento no desenvolvimento de habilidades e capacitação dos trabalhadores.

Os principais desafios em se atingir Trabalho Decente, sob a perspectiva do produtor-empregador, foram anotados como:

- Falta de acesso à informação sobre legislação e suas implicações para os empregadores, principalmente em propriedades de pequeno/médio porte: notou-se, por exemplo, que alguns proprietários menores podem confiar no conselho de pessoas externas, como em um contador, em aspectos de legislação trabalhista. Observou-se também que organizações de empregadores – em particular a CNA – oferecem conselhos e informação sobre vários aspectos da legislação trabalhista e outros requerimentos legais (veja listas de aspectos legais em www.cna.org.br)
- Falta de recursos humanos, capacidade gerencial e experiências específicas.
- Falta de flexibilidade na legislação trabalhista em vigor-particularmente em relação a aspectos da CLT ligados a jornada de trabalho e acordo coletivo (Atualmente, a CLT apenas considera flexibilizar em casos de “necessidades especiais”, mas as necessidades sazonais – como épocas de plantio e colheita – não são consideradas “necessidades especiais”).
- ‘Cultura da resistência à mudança’ tanto entre os produtores como entre os trabalhadores em relação a aceitar e promover as mudanças necessárias para alcançar Trabalho Decente: um exemplo foi dado em que o uso de equipamento de proteção individual (EPI) oferecido pelo produtor não é usado pelo trabalhador porque o acha inapropriado ou desconfortável. Houve muito debate sobre a responsabilidade dos produtores de não somente oferecer o EPI, mas, também, garantir que seja usado de maneira apropriada. Sugeriu-se também que os produtores precisam entender a importância da competitividade e engajar-se na adoção de algumas práticas que podem não ter resultados econômicos imediatos, mas que podem responder a demandas do comércio internacional.

(Uma vez que não houve participação de representantes dos trabalhadores e de órgãos trabalhistas especializados, não foi totalmente possível discutir os importantes desafios para os trabalhadores poderem alcançar condições de Trabalho Decente).

Uma série de iniciativas foi citada como que para demonstrar que boas práticas estão em andamento para se alcançar Trabalho Decente no agro negócio do algodão:

- Certificação SA8000 de sistemas de manejo de Recursos Humanos (como em curso pelo Grupo Maeda)
- As atividades do IAS (Instituto do Algodão Social), que monitora as condições de trabalho em plantações de algodão de Mato Grosso e propõe ações de correção quando necessárias. O modelo do IAS foi considerado particularmente relevante e iniciativas semelhantes estão sendo ventiladas pela ABRAPA para demais estados produtores (ver caixa abaixo para mais detalhes)
- Informação sobre diferentes aspectos da legislação trabalhista, contendo lista dos assuntos mais prementes e que devem requerer atenção especial (como aquelas distribuídas pela CNA e IAS)
- Ações de alerta e atividades de desenvolvimento de capacidades entre os empregados e empregadores nas grandes plantações: treinamento (nas áreas técnicas, saúde e segurança do trabalho, direitos do trabalhador), educação básica/alfabetização
- Provisão de melhores condições de saúde e transporte para os empregados
- Desenvolvimento de competências e capacidades para o manejo de Recursos Humanos
- Desenvolvimento de ‘indicadores de desempenho social’ – como aqueles formulados pelo Instituto Ethos – para assistir os empregados em avaliar e monitorar ganhos nas práticas de manejo de Recursos Humanos.

Instituto do Algodão Social

O IAS foi criado em 2005 por produtores de algodão do Mato Grosso para 'regularizar as relações de trabalho' no setor algodoeiro do Estado, respondendo a preocupações do Governo, da sociedade civil e de compradores de algodão sobre o uso de trabalho escravo. O IAS tem avançado bastante na implementação um sistema de auditoria de trabalho a nível de fazenda. O IAS é um instituto de caráter privado e sem fins lucrativos, atualmente financiado pelo FACUAL, que é um fundo de apoio ao desenvolvimento do algodão em Mato Grosso, criado pela Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão - AMPA, filiada à ABRAPA.. Com o lançamento do 'Selo de Conformidade Social', o IAS espera tornar-se economicamente auto-suficiente, recolhendo de uma taxa (30 centavos por fardo) na emissão do referido selo.

O IAS abrange atualmente 400 grandes produtores de Mato Grosso, responsáveis por 50% do algodão nacional – dos quais 357 já foram auditados. Trabalhando com cinco equipes de dois membros cada uma, constituídas de especialistas nas áreas de saúde & segurança e relações de trabalho, o Instituto dá cursos para administradores de fazendas, monitora as condições de trabalho e propõe medidas corretivas quando for o caso. O protocolo de auditoria do IAS contém uma série de perguntas similares à maioria dos protocolos de auditoria de trabalho e cobre uma ampla série de pontos de referência da legislação trabalhista em vigor no Brasil. Durante as visitas de monitoramento, uma proporção (15%) dos trabalhadores é entrevistada e perguntas são dirigidas à administração. O IAS quer expandir seu trabalho para incluir impactos ambientais. Uma vez que já inclui saúde & segurança – armazenagem e uso de defensivos, fornecimento e uso de EPI – pretende ainda incluir nível de uso de insumos e boas práticas agrícolas.

Apesar de o IAS cobrir apenas o Estado de Mato Grosso, a ABRAPA contempla apoiar iniciativas semelhantes em outros estados produtores - Bahia, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul – que, à exceção do Paraná, contam com fundos semelhantes aos do FACUAL, em Mato Grosso.

Minifúndios

Como nos minifúndios a família é a base da unidade econômica, os participantes acharam que, neste contexto, o entendimento e a aplicação do conceito de Trabalho Decente deva ser bastante diferente de que no caso anterior. Normalmente, não existe nenhuma relação formal de emprego entre a família e membros da comunidade.

Observou-se que um dos desafios mais significantes em se alcançar Trabalho Decente nos minifúndios familiares é a promoção de práticas seguras de trabalho, particularmente em relação à aplicação de defensivos. Mesmo assim, notou-se também que na agricultura familiar há uma tendência em se usar menos defensivos de que em grandes propriedades.

Houve alguma discussão entre os participantes sobre a importância do acesso à educação para crianças de algumas comunidades produtoras de algodão. Os participantes do grupo de trabalho sobre agricultura familiar pediram esclarecimentos sobre a aplicação das convenções da OIT para trabalho infantil em minifúndios familiares: infelizmente a OIT não se fez representar na reunião para dar seu ponto de vista. Os participantes que trabalham com pequenos produtores de algodão sugeriram que, pela experiência deles, a participação de crianças nas atividades de produção de algodão é limitada e que, quando ocorre, não as impede de freqüentar a escola e não oferece danos a seu bem estar.

A Better Cotton Initiative facilitará a organização de produtores (para minifundistas)

Os participantes sugeriram que a organização dos produtores é chave para qualquer iniciativa que procure melhorar a situação sócio-econômica dos pequenos produtores e deve constituir a base de qualquer trabalho dessa natureza.

Analisando as necessidades da produção familiar de algodão em relação a aspectos organizacionais, os seguintes pontos foram levantados pelos participantes que trabalham com agricultores familiares:

- Os agricultores familiares precisam melhorar seu poder de negociação – em termos de acesso a insumos e financiamento, como também na venda e comercialização de sua produção

- Os pequenos produtores precisam organizar-se em torno de atividades concretas para o cultivo e o processamento do algodão, não se devendo pensar em organização a não ser que esteja voltada para estas atividades
- Para agregar maior valor a sua produção, os agricultores familiares necessitam de mais acesso a formas apropriadas de mecanização – por exemplo, ‘mecanização de pequeno porte’ como micro-descaroçadeiras – cujo acesso pode ser facilitado se eles se organizarem para tal
- É importante que qualquer atividade desenvolvida para promover a organização do produtor procure balancear um foco ‘político’ com a dimensão econômica da produção e vendas
- Não existe nenhuma organização representando os pequenos produtores – existe uma variedade de organizações políticas, sindicais e religiosas – das quais as mais significativas são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Minuta do Princípio Econômico

A Better Cotton Initiative facilitará o acesso a financiamento equitativo (para minifundistas)

Os participantes da reunião consideraram relevante e importante a minuta de Princípio Econômico para financiamento equitativo. Os desafios mais importantes para os pequenos agricultores em relação a crédito foram, assim, considerados pelos participantes:

- Linhas oficiais de crédito – administradas pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Ministério do Desenvolvimento Rural – são oferecidas baseadas nos produtos agrícolas e não no tamanho da propriedade. Isto significa que agricultores familiares – que tipicamente plantam algodão em consórcio com outros cultivos – não têm acesso ao crédito que satisfaça suas necessidades
- Existe crédito fácil para investimentos de capital, mas crédito para custeio tem altas taxas de juros
- Os participantes sugeriram que é difícil para organizações de agricultores terem acesso a créditos, a não ser que estejam organizados em cooperativas
- É difícil para as mulheres ter acesso a crédito.

Além dos aspectos de acesso a crédito, considerado um fator chave para os agricultores familiares, vários outros problemas de caráter econômico foram citados pelos participantes:

- Redução da população rural: o tamanho médio da unidade familiar que trabalha nos minifúndios diminuiu de 6 para 3 pessoas; isto teve impactos negativos importantes na habilidade das famílias de se sustentarem na agricultura por elas mesmas
- Rendimentos e lucro para os pequenos agricultores estão diminuindo: certos cultivos (alguns ilegais como Cannabis) podem representar um retorno potencial mais alto do investimento
- Acesso a mercados: iniciativas como ‘Orgânicos e Comércio Justo’ têm procurado estabelecer ligações para conseguir melhores preços; essas iniciativas são consideradas positivas e têm um grande potencial de expansão, dependendo de políticas públicas apropriadas.

Outros assuntos abordados na reunião do Processo Social:

Distinção e relação entre agricultura comercial e agricultura familiar

Os participantes sugeriram que a BCI deve entender a distinção entre agricultura comercial e agricultura familiar. São arranjos produtivos sem, necessariamente, diferenças de caráter técnico entre as mesmas.

Os pequenos agricultores estão mais densamente localizados no Nordeste do País – onde grande parte da produção brasileira de algodão estava localizada antes da chegada do bicudo do algodoeiro nos anos 80. Mais de 50% dos agricultores do Nordeste cultivam menos de 5 hectares e 25% menos que 25 hectares. Nos últimos 20 anos, os pequenos produtores de algodão do Nordeste foram dizimados. Atualmente, segundo a Embrapa, há 4.500 produtores de algodão no Nordeste, responsáveis por apenas cerca de 5% do algodão nacional. Os desafios mais importantes para o pequeno produtor são: ausência de recursos de extensão falta de acesso a crédito e mercados, baixos níveis de organização e falta de capacidade de agregar valor a produção de algodão (por exemplo, através de micro-

descaroçadeiras). Além disso, sugeriu-se que os pequenos produtores não têm acesso à informação sobre o valor de seu produto, situação que se exacerba pela necessidade de vender sua produção no mesmo mercado de que se valem os produtores comerciais. Sugeriu-se também que, à exceção da Embrapa, o apoio estatal – como através dos serviços de extensão – foi redirecionado para agricultura comercial.

Os pequenos agricultores do Nordeste não plantam só algodão – a maioria planta de 5 a 15 cultivos lado a lado; mas o algodão continua tendo uma importância econômica muito grande na região.

Alguns participantes que trabalham com pequenos agricultores são da opinião que agricultores comerciais e agricultores familiares não estão necessariamente em competição direta, uma vez que os pequenos agricultores se satisfazem com rendas muito menores. O governo apóia a reintrodução do algodão nos sistemas de produção de agricultores do semi-árido nordestino mas, até agora, são poucos os casos de sucesso. Os projetos EMBRAPA-COEP e ESPLAR têm sido bem sucedidos.

Engajamento de sócios e respostas às expectativas do mercado e dos sócios

Houve muita discussão durante a reunião do Processo Social sobre as expectativas dos mercados nacional e internacional.

Concordou-se que mercados diferentes têm demandas diferentes. Em relação ao desempenho social, enfatizou-se que há muito interesse dos consumidores dos Estados Unidos e da União Européia sobre as práticas trabalhistas em uso nas grandes fazendas de algodão. O IAS observou que isto levou ao desenvolvimento do Selo de Conformidade Social em julho de 2007, para garantir que o algodão cultivado no Mato Grosso não tenha ‘trabalho forçado’ e ‘trabalho infantil’. Este Selo que deverá distinguir 250 propriedades de Mato Grosso durante a safra que terminou, permitirá as industriais e exportares de algodão reconhecer a origem ‘ética’ da fibra que estão comprando. Uma comissão composta por membros da Associação Brasileira de Indústrias Têxteis (ABIT), da Associação Nacional de Exportadores de Algodão ANEA) e da consultora Vetor C poderá referir-se a um código da fazenda que aparece no Selo e, então, contactar o IAS para verificar se a fazenda em questão passou pelo processo de certificação para receber o referido Selo. Apesar de que originalmente o IAS tivesse a intenção de adotar SA8000, esta idéia foi rejeitada pelos seus altos custos, assim como pela inclusão de padrões ambientais e de manejo, os quais os agricultores ainda não estão dispostos a adotar. O IAS está discutindo com a ABNT/SABC (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade/Agência Brasileira de Normas Técnicas) procedimentos para garantir a qualidade do processo de certificação.

Os participantes notaram que tanto o Governo como ONG’s têm prestado muita atenção aos temas ‘trabalho infantil’ e ‘trabalho forçado’, mas que outros aspectos do cumprimento da legislação trabalhista – como saúde & segurança do trabalho e jornadas de trabalho – representam os desafios mais comuns no setor.

Os participantes também debateram a distinção entre os processos de certificação (SA8000) e os resultados dos mesmos (Selo do IAS). Os participantes também concordaram que há muito potencial para um engajamento produtivo de sócios – mesmo aqueles que hoje possam criticar – para fazer avançar e fortalecer as ações de iniciativas como o IAS.

Atividades no Brasil relevantes aos Princípios Globais minutados da BCI

Trabalho Decente em grandes propriedades

- Certificação SA8000
- Instituto do Algodão Social - IAS
- ‘Pure Brazil Cotton’

Sócio-Economia/trabalhando com agricultores familiares

- Vários programas que trabalham com pequenos produtores (veja detalhes abaixo para indicações de projetos de agricultura orgânica) – particularmente linhas de crédito do PRONAF, projeto conjunto EMBRAPA-COEP, algodão orgânico da ESPLAR. Por exemplo, a EMBRAPA-COEP é uma colaboração entre um centro de pesquisa agrícola

estatal e a COEP que é uma ONG que trabalha com agricultores familiares. Trabalhando com 1.000 famílias em 25 comunidades, seu objetivo é: melhorar a qualidade da semente; melhorar as práticas de controle de pragas; agregar valor ao algodão bruto através do fornecimento de micro-descaroçadeiras; organizar as famílias em estruturas coletivas; apoiar a produção e segurança alimentar; promover acesso a água potável e educação; promover a 'inclusão digital' através de facilitar o acesso à internet às comunidades rurais; promover apoio técnico permanente.

- Outras organizações que trabalham com produtores de algodão no Brasil: Fimep, MET, CNPQ, URCA, ASPTA (ONG), PATACA (ONG), Chasf.

Sumário de projetos de pequenos agricultores que produzem algodão/agro-ecológico no Brasil:

Região	Organização de Produtores	Organização de Apoio	Atores Comerciais Participantes
Nordeste			
Ceará	ADEC & Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Quixadá, Choró e Massape	ESPLAR & Universidade Federal do Ceará	Veja, Fair Trade Justa Trama
Paraíba	Associação de Assentamentos Arribaça	EMBRAPA Algodão	COEXIS
Pernambuco	AASP - Associação Agroecológica do Sertão do Pajeú	Diaconia	Mercado convencional
Rio Grande do Norte	Associação de Agricultores/as Agroecológicos Oeste Verde	Diaconia	Mercado convencional
South			
Paraná	APROAP – Associação dos Produtores Orgânicos das Águas dos Rios Paraná e Piquiri	IBS; SEBRAE; EMATER; Prefeituras Universidade Estadual de Maringá ; SENAR	COEXIS

Fonte: PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO EM 2006 – Pedro Jorge Lima & Maria Célia Martins de Souza

Lista de Participantes da Primeira Reunião do Grupo Regional de Trabalho - Brasil Presentes

Membros do GRT Brasil

Alderi Emídio de Araújo	Embrapa Algodão
Almir Montecelli	COCEAL/ACOPAR
Camilo L. Morello	Embrapa Algodão
Luiz G. Chitarra	Embrapa Algodão
Celito E. Breda	Círculo Verde
Celso Omoto	USP-ESALQ
Eliana M.G. Fontes	Embrapa R.G. & B.
Evaldo Takesawa	Ceres Consultoria Agronômica
Fernando Lamas	Embrapa Agropecuária Oeste
Félix Balaniuc	Instituto do Algodão Social-IAS
Haroldo Rodrigues da Cunha	ABRAPA
João César Rando	inpEV
José Ednilson Miranda	Embrapa Algodão
Napoleão Esberard Beltrão	Embrapa Algodão
Paulo Eduardo Degrande	UFGD
Ronaldo Schröter	OriLeg
Alvaro Salles	FACUAL / AMPA
Ricardo Bomfim Machado	Conservation International
Sebastião Barbosa	Consultor BCI

Better Cotton Initiative

Allan Williams
Lise Melvin
Tarcila Reis Ursini

Coordenador Técnico da BCI
Gerente da BCI
Facilitadora

ABRAPA

Aires Rocha Pereira
Allan Thiago Ferreira Pequeno

Diretor Executivo da ABRAPA
Estagiário da ABRAPA

Embros do GRT que não puderam participar:

Eleusio Curvelo Freire
Ederaldo José Chiavegato
Juan Landivar

Subgrupos de Trabalho

Solos: Almir Montecelli, Álvaro Salles, Fernando Lamas, Luiz Chitarra
Água: Alderi Emídio de Araújo, Celito E. Breda, Evaldo K. Takesawa, Napoleão Esberard Beltrão
Defensivos: Paulo Eduardo Degrande, João César Rando, Celso Omoto, José Ednilson Miranda
Qualidade de fibra: Haroldo Rodrigues da Cunha, Camilo Morello, Ronaldo Schöter, Eliana Fontes

Lista de Participantes da reunião Paralela sobre o Processo Social

Aires Rocha Pereira, ABRAPA
Félix Balaniuc, IAS
José Renato Figueira Cabral, Embrapa
Márcia Lygia Marques Ferreira, Grupo MAEDA
Pedro Jorge Lima, ESPLAR
Rodolfo Tavares, CNA
Lise Melvin, BCI
Alastair Usher, BCI
Sérgio Mesquita, Facilitador

Pessoas convidadas que não puderam participar

Marcelo G. Campos, MTE
Adão da Silva, FETAGRI-MT
Maria Beatriz Mello da Cunha, OIT
Antonio Lucas Filho, CONTAG
Zeke Beze Junior, CONTAG